

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N.º 23.371.2016-01

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio das remessas dos meses de setembro e outubro, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Rodrigo Damasceno Catão

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 1.224/2017

2ª CÂMARA

EMENTA: PROCESSO AUTÔNOMO. APURAR RESPONSABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO-TCE N. 102/2016. MULTA. NÃO APLICAÇÃO. ACOMPANHAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Embora constatado o não atendimento aos artigos 1º e 4º, da Resolução-TCE n. 102/2016, mas diante do envio das informações ainda que de forma intempestiva, é possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo ser observado o cumprimento ou não da mencionada Resolução, por ocasião da análise das prestações de contas da Unidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **a) DETERMINAR** à **ATUAL PREFEITA MUNICIPAL DE TARAUAÇÁ** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma; **b) REMETER** cópia do Acórdão à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento e **c) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 26 de abril de 2017.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Presidente da 2ª Câmara, para o feito

Conselheira **DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 23.371.2016-01

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio das remessas dos meses de setembro e outubro, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Rodrigo Damasceno Catão

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade do Gestor, em razão do envio intempestivo, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamento e ao controle de atos de pessoal da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 102, de 28-04-2016¹, cujo prazo, no tocante à remessa relativa ao **5º bimestre de 2016**, era até o dia 30 de novembro do ano de 2016, nos termos do artigo 4º da mencionada Resolução².
2. A DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, se manifestou pela citação do Responsável, tendo em vista o descumprimento dos artigos 1º e 4º, da mencionada Resolução³.
3. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, houve a citação do Responsável, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 560, divulgado no dia 26-01-2017, tendo o prazo transcorrido *in albis*, embora até tenha sido concedida sua dilação.

¹ Dispõe sobre o envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamentos e ao controle de atos de pessoal, que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público devem fazer a este Tribunal de Contas, e dá outras providências. A mencionada Resolução foi publicada no dia 12-05-2016.

² Art. 4º Os dados de que trata o art. 1º desta Resolução deverão ser encaminhados em arquivos mensais, por meio informatizado, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

³ Art. 1º Definir que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, deverão enviar e manter a disposição deste Tribunal de Contas, por meio informatizado, a folha de pagamento e todos os dados e informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal.

Parágrafo único. Não são objetos da presente Resolução os descontos de natureza pessoal registrados em folha de pagamento.

Processo TCE n.º 23.371.2016-01

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

4. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, em manifestação subscrita por seu i. Procurador, Dr. João Izidro de Melo Neto, pronunciou-se pelo arquivamento do feito.
5. É o brevíssimo Relatório.
6. Rio Branco, 26 de abril de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 23.371.2016-01

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio das remessas dos meses de setembro e outubro, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Rodrigo Damasceno Catão

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade do Gestor, em razão do envio intempestivo, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamento e ao controle de atos de pessoal da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 102, de 28-04-2016.
2. O prazo previsto no artigo 4º da mencionada Resolução era 30 de novembro de 2016, tendo o ex-Gestor apresentado as informações exigidas em 10-11 (tempestivamente) e 02-12-2016.
3. No presente caso, embora claro o descumprimento à norma emanada desta Corte de Contas, especificamente quanto ao prazo de envio relativo ao mês de outubro de 2016, verifica-se que os dados solicitados foram encaminhados em meio informatizado, sendo possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista, uma vez que se trata de norma recente e os ajustes necessários a sua observância estão sendo adotados pelos Responsáveis, não descuidando esta Corte, contudo, no acompanhamento do cumprimento ou não da Resolução-TCE n. 102/2016, nos bimestres seguintes e que poderá ser avaliado por ocasião da análise das prestações de contas.
4. Isso posto, e considerando o encerramento do exercício de 2016, **VOTO** pela:
 - a) **DETERMINAÇÃO** à atual **PREFEITA MUNICIPAL DE TARAUCÁ** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- b) REMESSA** de cópia do Acórdão que vier a ser proferido à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento;
 - c)** após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.
- 5.** É como **VOTO**.
 - 6.** Rio Branco, 26 de abril de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 23.371.2016-01

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Tarauacá

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio das remessas dos meses de setembro e outubro, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Rodrigo Damasceno Catão

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado pela 2ª Câmara desta Egrégia Corte na 50ª Sessão Ordinária realizada no dia 26 de abril do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **Ronald Polanco Ribeiro**, **Dulcinéia Benício de Araújo** e **Naluh Maria Lima Gouveia** e, como Representante do Ministério Público de Contas, a Dra. **Anna Helena de Azevedo Lima**. **Decisão:** o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 35)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora